

MATRIZ DE RISCOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE APOIO PARA ATENDIMENTO NO BAIRRO ARVOREDO – SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN

OBJETIVO

A presente Matriz de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar, classificar, alocar e definir estratégias para tratamento dos riscos associados à contratação e execução da obra de construção da Unidade de Apoio para Atendimento, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, visando minimizar impactos sobre prazo, custo, qualidade e desempenho do empreendimento, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PREMISSA DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

A CONTRATADA deverá considerar em sua proposta comercial uma reserva de contingência estimada em até 3% (três por cento) dos custos diretos da obra para absorção dos riscos ordinários inerentes à atividade empresarial e à execução dos serviços.

Não estão abrangidos por esta contingência os riscos extraordinários, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro na forma da Lei nº 14.133/2021.

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

Probabilidade	Impacto
Baixa – Pouco provável de ocorrer. Média – Possibilidade moderada de ocorrência. Alta – Grande possibilidade de ocorrência.	Baixo – Impacto reduzido sobre custo, prazo ou qualidade. Médio – Impacto significativo, porém controlável. Alto – Impacto relevante sobre os objetivos da contratação.

Evento de Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Responsável	Medidas Preventivas	Plano de Contingência	Alocação
Falhas ou incompatibilidades nos projetos	Erros de elaboração ou ausência de compatibilização	Retrabalho, aditivos e atrasos	Média	Alto	Alto	Administração	Revisão e compatibilização prévia dos projetos	Revisão técnica e formalização dos ajustes necessários	Administração
Divergências relevantes nos quantitativos do orçamento	Levantamentos incompletos ou inconsistentes	Acréscimos contratuais e reprogramações	Média	Alto	Alto	Administração	Conferência detalhada das planilhas e quantitativos	Readequação contratual quando cabível	Administração
Interferências não identificadas no local da obra	Levantamentos insuficientes ou ausência de cadastro de redes existentes	Paralisações e alterações de projeto	Média	Médio	Médio	Administração	Vistorias e levantamentos prévios	Revisão das soluções executivas	Administração
Chuvas dentro da média histórica regional	Condições climáticas previsíveis	Pequenos atrasos no cronograma	Média	Médio	Médio	Contratada	Planejamento adequado das etapas executivas	Reprogramação dos serviços	Contratada
Eventos climáticos excepcionais acima da média histórica	Fenômenos climáticos extraordinários e imprevisíveis	Paralisações, atrasos e custos adicionais	Baixa	Alto	Médio	Compartilhado	Monitoramento meteorológico e planejamento preventivo	Avaliação técnica e eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	Compartilhado

Evento de Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Responsável	Medidas Preventivas	Plano de Contingência	Alocação
Oscilação ordinária dos preços dos insumos	Flutuação normal de mercado	Redução da margem de execução	Média	Médio	Médio	Contratada	Planejamento orçamentário e contratos de fornecimento	Gestão de compras e substituição de fornecedores	Contratada
Oscilação extraordinária dos preços dos insumos	Crises econômicas ou desequilíbrios excepcionais de mercado	Desequilíbrio econômico-financeiro	Média	Alto	Alto	Compartilhado	Acompanhamento de índices oficiais e planejamento financeiro	Aplicação dos mecanismos legais de reequilíbrio contratual	Compartilhado
Atraso no fornecimento de materiais	Problemas logísticos ou de fornecedores	Atraso na execução dos serviços	Média	Médio	Médio	Contratada	Planejamento de compras e estoques mínimos	Substituição de fornecedores e reprogramação	Contratada
Baixa produtividade da mão de obra	Equipe insuficiente ou inadequadamente treinada	Descumprimento do cronograma	Média	Médio	Médio	Contratada	Gestão eficiente da equipe e capacitação	Reforço da mão de obra e reorganização das equipes	Contratada
Descumprimento contratual pela empresa	Falhas de gestão da contratada	Paralisações e prejuízos à Administração	Baixa	Alto	Médio	Contratada	Controle gerencial e acompanhamento permanente	Aplicação das penalidades previstas contratualmente	Contratada
Acidentes de trabalho	Descumprimento das normas de segurança	Paralisações, multas e responsabilizações	Média	Alto	Alto	Contratada	Cumprimento das NRs, treinamentos e uso de EPIs	Atendimento emergencial e correção das	Contratada

Evento de Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Responsável	Medidas Preventivas	Plano de Contingência	Alocação
								falhas identificadas	
Problemas ambientais decorrentes da execução	Destinação inadequada de resíduos ou danos ambientais	Multas, autuações e embargos	Baixa	Médio	Baixo	Contratada	Gestão ambiental adequada e cumprimento das licenças	Correção imediata das irregularidades	Contratada
Inadimplência trabalhista e previdenciária	Descumprimento das obrigações legais	Responsabilização subsidiária da Administração	Média	Alto	Alto	Contratada	Fiscalização documental periódica e controles internos	Retenções contratuais e medidas administrativas cabíveis	Contratada
Necessidade de alteração de escopo	Demandas supervenientes ou ajustes técnicos da Administração	Acréscimo de custos e prazo	Média	Alto	Alto	Administração	Planejamento adequado da contratação	Formalização dos aditivos necessários	Administração
Paralisação da obra por dificuldades financeiras da contratada	Problemas financeiros ou operacionais	Atrasos significativos e possível rescisão contratual	Baixa	Alto	Médio	Contratada	Monitoramento financeiro e contratual	Aplicação de sanções e eventual substituição da empresa	Contratada
Riscos geotécnicos não identificados	Condições do subsolo não detectadas nas	Alterações executivas e custos adicionais	Baixa	Alto	Médio	Administração	Realização de sondagens e	Revisão técnica da solução e eventual	Administração

Evento de Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Responsável	Medidas Preventivas	Plano de Contingência	Alocação
	investigações disponibilizadas						levantamentos adequados	reequilíbrio contratual	
Falhas na fiscalização	Insuficiência de acompanhamento técnico	Defeitos construtivos e pagamentos indevidos	Baixa	Alto	Médio	Administração	Designação de equipe qualificada e fiscalização contínua	Reforço da fiscalização e auditorias internas	Administração
Atraso na liberação de recursos orçamentários	Limitações financeiras do ente público	Comprometimento do cronograma financeiro	Baixa	Alto	Médio	Administração	Planejamento financeiro adequado	Reprogramação dos desembolsos e cronograma financeiro	Administração
Caso fortuito ou força maior	Eventos imprevisíveis e inevitáveis	Impactos relevantes em custo e prazo	Baixa	Alto	Alto	Compartilhado	Monitoramento e gestão preventiva dos riscos	Avaliação técnica e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	Compartilhado
Fato do príncipe ou fato da Administração	Ato estatal superveniente que impacte a execução contratual	Aumento de custos, paralisação ou atraso da obra	Baixa	Alto	Alto	Administração	Acompanhamento regulatório e institucional	Reequilíbrio econômico-financeiro e adequação contratual	Administração
Alterações legislativas ou	Mudança de legislação após a	Impacto direto nos custos da execução	Baixa	Alto	Alto	Compartilhado	Monitoramento da legislação aplicável	Processo de reequilíbrio	Compartilhado

Evento de Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Responsável	Medidas Preventivas	Plano de Contingência	Alocação
tributárias supervenientes	assinatura do contrato							econômico-financeiro	
Descoberta de restrições ambientais ou arqueológicas não identificadas previamente	Informações não disponíveis durante o planejamento	Paralisações, revisões de projeto e custos adicionais	Baixa	Alto	Médio	Compartilhado	Levantamentos preliminares e consulta aos órgãos competentes	Revisão técnica e readequação contratual	Compartilhado

Reserva de Contingência para Riscos Ordinários

A licitante deverá considerar em sua proposta comercial uma reserva de contingência estimada em até 3% (três por cento) dos custos diretos da obra, destinada à absorção dos riscos ordinários e previsíveis inerentes à execução dos serviços, tais como produtividade da mão de obra, logística de suprimentos, programação executiva, pequenas interferências operacionais e condições climáticas compatíveis com a série histórica local.

Permanecem passíveis de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro os riscos extraordinários, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, na forma dos arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021.

ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO

Os riscos identificados deverão ser monitorados durante toda a execução contratual mediante:

- Fiscalização periódica da obra;
- Reuniões de acompanhamento contratual;

- Atualização do cronograma físico-financeiro;
- Verificação da conformidade técnica dos serviços executados;
- Controle da documentação trabalhista, previdenciária e fiscal;
- Registro formal de ocorrências relevantes;
- Atualização da matriz sempre que identificados novos riscos.

CONCLUSÃO

A análise realizada demonstra que os riscos associados à contratação são compatíveis com a natureza e complexidade da obra pretendida, sendo plenamente gerenciáveis mediante adequada fiscalização, gestão contratual e adoção tempestiva das medidas preventivas e corretivas previstas nesta Matriz de Riscos.

A utilização desta ferramenta contribuirá para o aumento da previsibilidade da execução contratual, redução de impactos negativos e melhoria dos resultados esperados pela Administração Pública.